



CARTA DE SANTA CATARINA
FMCJS-SC, maio, 2023

Durante os dias 28 e 29 de abril de 2023, reunidos no município de Palhoça, SC, os integrantes do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental/Núcleo SC - FMCJS-SC, avaliaram os cenários atual e futuros relacionados à emergência climática e à crescente crise socioambiental, que alcançaram níveis sem precedentes e para as quais a sociedade precisa apresentar ações e soluções urgentes.

As crescentes emissões de gases de efeito estufa, seja por mudanças no uso da terra ou pelo aumento da queima de combustíveis fósseis, estão acelerando diferentes processos relacionados às mudanças no clima, como o aquecimento e acidificação dos Oceanos e o derretimento dos ambientes congelados da Terra, como os polos e geleiras, com consequentes alterações nas correntes oceânicas e elevação do nível do mar. Estes processos levam ao aumento da frequência e intensidade de eventos extremos, como tempestades, secas e ondas de calor que ameaçam a biodiversidade e a segurança hídrica e alimentar, castigando sobretudo as frações mais vulneráveis da nossa sociedade.

No Estado de Santa Catarina o avanço do desmatamento sobre a Mata Atlântica, matas ciliares e restingas, em conjunto com a poluição de rios, lagoas, aquíferos, estuários e região costeira, são ameaças à saúde dos ambientes, com grandes impactos negativos sobre atividades econômicas diversas, com destaque para a pesca, maricultura, agricultura e atividades de turismo.

Como fontes poluidoras atuais devemos destacar aquelas derivadas do petróleo, mineração e queima do carvão, dos agrotóxicos e das carências de saneamento básico para as áreas urbanas e rurais, com a necessidade de tratamento dos efluentes domésticos e provenientes da produção animal.



Este cenário demanda um conjunto de ações concatenadas e urgentes que promovam soluções socioambientais em todas as escalas de gestão dos territórios, com destaque para os dos municípios, bacias hidrográficas, estados, regiões, o nacional e o internacional.

Os avanços e dimensões da crise estrutural do capital, derivando em várias crises, como a climática e a ambiental, demandam respostas articuladas, que proporcionem sinergias para termos sócio-biodiversidades mais saudáveis, resistentes e resilientes.

A fim de oferecer condições mais dignas e garantir a continuidade da vida na Terra, os signatários desta carta demandam soluções efetivas e sistêmicas. Ainda, indicam iniciativas prioritárias para o alcance deste objetivo, a partir dos potenciais e capacidades dos integrantes do **FMCJS SC**. A saber:

- Práticas que otimizem e acelerem a **transição energética justa**, garantindo que a solução ocorra de forma, sustentável, popular e inclusiva, tendo por base economias regenerativas e distributivas que devem ser fomentadas. Nesse sentido, é importante que governos e empresas sejam responsabilizados por suas ações e incentivados a adotar políticas públicas sustentáveis e de prevenção de riscos e desastres.
- Como solução legítima, com base na proteção da Natureza, deve ser priorizada a **restauração de áreas degradadas**, tanto terrestres quanto aquáticas, com destaque ao incentivo através de **políticas públicas** de atividades econômicas regenerativas. Da mesma forma, a proteção dos diferentes biomas, mas em especial a proteção, manejo e recuperação de populações de espécies endêmicas e ameaçadas precisam compor o conjunto de iniciativas regenerativas assim como a proteção dos ecossistemas a partir da criação, ampliação e implementação de Unidades de Conservação.



Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

Núcleo SC

- Como instrumento de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, também deveremos promover políticas públicas que determinem a obrigatoriedade do **tratamento terciário dos efluentes urbanos e rurais**, removendo poluentes diversos, e, inclusive, nutrientes inorgânicos dissolvidos, responsáveis pela disseminação da eutrofização e de zonas mortas nos ecossistemas aquáticos.

- Devem ser fomentadas nas esferas municipais, estaduais e federal:

- A identificação dos retrocessos legislativos como aqueles representados pela modificação do Código Estadual de Meio Ambiente;
- o retrocesso na transição energética justa e sustentável, como a PL 14.299/22, que subsidia o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, em Santa Catarina, até 2040;
- a adoção de Políticas Públicas de **Revisão de Planos Diretores Municipais**;
- o cumprimento imediato das exigências de restauração impostas pelo Código Florestal;
- o fim dos ataques à lei da Mata Atlântica (com a MP 1150/2022); a eleição, nos conselhos, de representantes comprometidos com a construção de políticas alternativas;
- e a proteção e demarcação dos territórios dos povos indígenas, quilombos e comunidades tradicionais, com a homologação das Terras Guaranis - Morro dos Cavalos; Terras Xokleng - José Boiteux; Terras Kaingang - Abelardo Luz, dentre outras.

- Indicam, ainda, que todas estas ações estejam articuladas a um sistema estadual de **educação** e sensibilização ambiental, para crianças, jovens e adultos, tanto no sistema informal quanto no formal de educação. Espera-se que todo este novo arranjo social possa perpetuar práticas e saberes que inspirem uma sociedade que priorize a ética do cuidado e do bem comum, conforme preconizam a Carta da Terra de 2022 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações



Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

Núcleo SC

Unidas (ONU), como elementos fundamentais para sermos bem sucedidos na década do Oceano e da Restauração dos Ecossistemas.

Carta aprovada em Palhoça, SC, em 29 de abril de 2023.

ANEXO:

Como temas de reforço e ampliação, foram sugeridos e aprovados na reunião de 28 e 29 de abril de 2023:

- Ênfase na transição energética com justiça social;
- Preservação e conservação do bioma Mata Atlântica;
- Preparação para eventos extremos, gestão de riscos e desastres;
- Recursos hídricos e saneamento básico;
- Educação científica e de incentivo à pesquisa;
- Políticas públicas e Planos Diretores de Cidades;
- Agricultura familiar de base agroecológica: estimular a Agroecologia, agrossistema, agroflorestal, e a Permacultura Urbana;
- Proteção dos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais;
- Geração de emprego e renda;
- Combate ao racismo e ao trabalho análogo à escravidão;
- SUSAs (Sistema único de Saúde Ambiental: dar visibilidade para ampliar a discussão no sentido de criação do SUSAs);
- Tratar povos originários como portadores de saberes que são essenciais para pensar a questão ecológica - “Nossa luta não é só política é também epistêmica”; “Não queremos somente terra, queremos território também”;
- Implantação imediata, nas principais cidades, de “Casas de Passagem” para indígenas;
- Campanhas de Ruralização, valorizando, estimulando e fomentando processos de regeneração ambiental e ampliação da reforma agrária;



Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

Núcleo SC

- Caracterização do suporte dos nossos territórios;
- Pressionar para que o Estatuto das cidades seja utilizado como instrumento, o dispositivo de legitimação de políticas públicas em prol das cidades;
- Natureza como ente de direitos: buscar implementar um ordenamento jurídico (na Constituição), nos planos Diretores, etc..., como política pública;
- Valorizar o processo educacional desde a infância e de forma transdisciplinar no trato com o cuidado com meio ambiente;
- Fomentar a participação nos espaços de discussão (escola, câmara de vereadores, câmara de deputados, movimentos sociais);
- Preservação de águas superficiais, nascentes, rios, riachos, lagoas, praias, cachoeiras, águas subterrâneas, lençóis freáticos, aquíferos, banhados, entre outras áreas úmidas;
- Combater a transgenia, os agrotóxicos e outros insumos agrícolas nocivos à saúde;
- Planos de usos do solo, capacidade de suporte de adubação. Adotar medidas que protejam a terra e por consequência a água.
- Ampliar a discussão do modelo econômico atual no processo produtivo visando a promoção da justiça social “pelo processo de adoecimento que a sociedade está passando podemos encontrar elementos para estimular fazer a transição para um modelo sociometabólico mais justo”;
- Dialogar mais com Recorte de gênero, Recorte racial;
- Qualificar cientificamente a assim chamada educação ambiental;
- Buscar uma economia circular, a circularidade como modo de produção;
- Enfatizar que a transição energética depende de mecanismo estatais;
- Controle social da sociedade para promoção da função social dos serviços;
- Estabelecer cota no judiciário para acabar com o patriarcalismo no mesmo;
- Exigir a demarcação de terras indígenas, quilombos, enfim povos tradicionais;



Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

Núcleo SC

- A Reforma Agrária como um programa - qual a reforma agrária que Queremos?;
- Fortalecimento de mecanismos estatais de gestão do território.

Organizações presentes:

- Apremavi - Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida
- ASA - Ação Social Arquidiocesana
- AAMP - Associação de Artesãos de Meia Praia - Itapema.
- Cáritas
- CIMI Sul – Conselho Indigenista Missionário Ecoando Sustentabilidade
- EKOA
- FMCJS/SC - Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental/Núcleo SC
- Fórum de Preservação e Conservação do Rio Uruguai e Aquífero Guarani
- Instituto Caeté
- Instituto Internacional ARAYARA
- MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
- Mandato Vereador Vilmar Comassetto, Concórdia, SC
- Pastoral Indigenista
- Pastoral da Pessoa Idosa
- PRGSG – Projeto Rede Guarani/Serra Geral
- Rádio Comunitária Pinheira
- Rede Ecovida
- SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência